

José Rodorval Ramalho

O ANTIMAÇONISMO NO BRASIL

RESUMO:

Neste artigo, a partir da pesquisa documental, proponho que o antimacçonismo brasileiro, já observado no século XIX, apresenta uma característica que considero importante – trata-se de um ideário importado, ainda que mais ou menos aclimatado ao ambiente local. Assim, as controvérsias antimacçônicas são assumidas pelos católicos, seguindo as determinações de Roma; pelos protestantes, seguindo denominações estrangeiras; pelos comunistas, acompanhando as orientações da III Internacional; pelos integralistas, a partir de um espírito nacionalista inspirado no fascismo italiano. Ressalvo, ainda, que o que se entende por antimacçonismo aqui, não é simplesmente um discurso seguido de perseguições contra esse grupo e nem mesmo uma orquestra da campanha ideológica para detratar os maçons. Essa expressão pode emergir como mera crítica aos seus fundamentos ou mesmo como reação aos seus discursos e ações públicas. Tal ressalva faz-se necessária porque no Brasil, a maçonaria sempre foi composta, majoritariamente, por grupos de elite e nunca atuou de forma unívoca. Finalmente, identifico que no momento atual, os maçons não têm sido o centro das hostilidades de nenhum grupo que podemos chamar de tradicionalmente antimacçônicos – os grupos religiosos e políticos.

Palavras-chave: Antimacçonismo; Culturas em Negativo; Maçonaria.

* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004)

THE ANTI-FREEMASONRY IN BRAZIL

ABSTRACT

In this article, taking the documentary research as a starting point, I propose that the Brazilian anti-freemasonry, which had already been observed in the nineteenth century, has a feature that I consider important - it is an imported ideology, even knowing it is acclimated to the local environment in a certain way. Thus, the anti-freemasonry controversies are assumed by Catholics, following the Rome determination; by Protestants, following foreign denominations; by the Communists, following the guidelines of the Third International; by fundamentalists, from a nationalist spirit inspired by Italian fascism. I must stress also that what is meant by anti-freemasonry here is not simply a speech followed by persecutions of this group and it is not even a concerted ideological campaign to detract Masons. This expression can emerge as mere criticism of its foundations or even as a reaction to its public speeches and actions. This explanation is necessary because, in Brazil, Freemasonry has always been composed, mostly, of elite groups and never acted unambiguously. Finally, I identify that at present, the Masons have not been the center of hostilities which come from any group that we traditionally call anti-freemasonry - religious and political ones.

Keywords: Freemasonry; Anti-freemasonry; Cultures in Negative

EL ANTI-MASONISMO EN BRASIL

RESUMEN

En este artículo, desde la investigación documental, propongo que el anti-masonismo brasileño, ya observado en el siglo XIX, tiene una característica que considero importante - se trata de una ideología importada, aunque más o menos aclimatada al ambiente local. Por lo tanto, las polémicas anti-masónicas son asumidas por los católicos, cumpliendo las determinaciones de Roma; por los protestantes, bajo denominaciones extranjeras; por los comunistas, siguiendo los lineamientos de la III Internacional; por los integristas, a partir de un espíritu nacionalista inspirado en el fascismo italiano. Debo subrayar, también, que lo que se entiende por anti-masonismo, aquí, no es simplemente un discurso seguido de persecuciones en contra este grupo, ni tampoco una campaña ideológica orquestada para caluniar los masones. Esa expresión puede surgir como mera crítica de sus fundamentos o incluso como una reacción a sus discursos y acciones públicas. Esta advertencia es necesaria porque, en Brasil, la masonería siempre ha estado compuesto principalmente de grupos de élite y nunca actuó de forma unívoca. Por último, identifico que en la actualidad, los masones no han sido el centro de las hostilidades de ningún grupo que llamamos tradicionalmente anti-masónicos - los grupos religiosos y políticos.

Palabras clave: Masonería; Anti-masonismo; Cultura en negativo.

ANTIMAÇONNISME AU BRÉSIL

RÉSUMÉ

Dans cet article, à partir de recherche des documents, je propose que l'antimaçonnerie brésilien, déjà observé dans le siècle XIX, présente une caractéristique que je considère importante - Il s'agit des idées importées, encore que plus ou moins acclimatée au environnement local. Ainsi, les controverses antimaçonniques sont assumées par les catholiques, en suivant les déterminations de Rome ; pour les protestants ; en suivant des églises étrangères ; pour les communistes, en accompagnant les orientations de la III Internationale ; pour les intégralistes, à partir d'un esprit nationaliste inspiré dans le facisme Italien. Je sauvegarde, encore, que ce qui nous comprenons pour antimaçonnisme, ici, n'est pas simplement un discours suivi de persécutions contre cet groupe et ni une orchestrée campagne idéologique pour diminuer les maçons. Cet expression peut émerger comme une simple critique aux ses discours ou actions publiques. Tel sauvegarde est nécessaire parce que, au Brésil, la maçonnerie a toujours été composée, principalement, par groupes d'élite et jamais elle a agi de façon univoque. Finalement, j'identifie que actuellement, les maçons n'est sont pas le centre des hostilités d'aucun groupe traditionnellement antimaçonnique - les groupes religieux et politiques.

Mots-clés: Maçonnerie ; Antimaçonnerie; Culture en négatif.

1. MAÇONARIA - UMA PÉROLA BARROCA

A PALAVRA MAÇONARIA desperta surpresas e curiosidades típicas das palavras interditas. A pronúncia deste vocábulo costuma provocar reações instintivas – franzir de testa, arregalar de olhos, emissão de ruídos. Depois do espanto, a pergunta: você é maçom?

Algumas vezes, as interpelações seguem-se: é verdade que mulher não pode entrar? Quem entra na maçonaria fica rico? Os maçons se comunicam através de uma linguagem secreta? Os rituais maçônicos sacrificam animais? Existem pactos de sangue? Quem sair da maçonaria morre? Por que tanto segredo? Foram os maçons que fundaram a república? Maçom só vota em maçom?

Em outras situações, em lugar de perguntas, surgem afirmações contundentes: a maçonaria é contra o cristianismo; maçom e judeu são uma coisa só; se maçonaria fosse coisa certa não seria secreta; os maçons cultuam um bode; nos rituais maçônicos eles apunham a hóstia; a maçonaria é uma rede de influências secretas no Estado; os maçons são uma espécie de comunistas.

O repertório das representações sociais sobre a instituição maçônica é vasto e, como é típico nesse tipo de conhecimento, há muita polissemia, ruídos de comunicação, resignificação de expressões e, sobretudo, pouco interesse por rigor, sistematicidade e evidências (DURKHEIM, 1989).

Se as imagens construídas sobre a maçonaria no universo das representações sociais é de causar inveja aos escritores do realismo fantástico, no plano do debate público, a instituição dos “Filhos da Luz” é uma verdadeira pérola barroca, um jogo de luzes e sombras, um caleidoscópio, um aleph, um palimpsesto, no qual a multiplicidade de interpretações atingem autores, datas, autenticidades e transmissões.

Certamente, não me proponho a desvelar “A máquina do mundo” maçônico. No caminho que optei em seguir, já me daria por satisfeito se conseguisse contornar as inúmeras pedras encontradas e apontar, a partir da cultura negativa acerca do maçonismo, alguns modos de agir e de pensar dessa instituição (e de seus adversários) que tanto provocam a imaginação moderna.

Para começar tal aventura, o primeiro passo é entender que existe uma assimetria profunda entre a

pesquisa acadêmica brasileira e a importância da instituição maçônica no país. No entanto, a explicação desse desinteresse dos pesquisadores pela maçonaria fica para outra ocasião. Por enquanto, registre-se que farei poucas referências à nossa pesquisa social porque pouco encontrei que me auxiliasse nessa empreitada específica.

Por último, gostaria de apontar, preliminarmente, que o que se entende por antimaçonismo aqui, não é simplesmente um discurso seguido de perseguições contra esse grupo e nem mesmo uma orquestrada campanha ideológica para detratar os maçons. Essa expressão pode emergir como mera crítica aos seus fundamentos ou mesmo como reação aos seus discursos e ações públicas. Tal ressalva faz-se necessária porque no Brasil, a maçonaria sempre foi composta, majoritariamente, por grupos de elite e nunca atuou de forma unívoca. Mesmo nos momentos mais difíceis, sempre havia uma ala maçônica imune às tempestades da conjuntura e do antimaçonismo. Podemos até propor algo mais provocador: a maçonaria sempre orbitou em torno do poder no Brasil, mesmo que algumas de suas facções estivessem, eventualmente, excluídas.

Assim, as críticas e resistências, nem sempre consistentes, contra o espírito maçônico no Brasil devem ser temperadas pela posição sempre confortável do grupo em relação aos espaços de poder na república que, eles mesmos, ajudaram a fundar.

Assim, sem querer me demorar em demasiados prolegômenos, lembro que os episódios aqui rascunhados constituíram-se em período histórico em que a maçonaria ainda estava no centro dos espaços de decisão, ou seja, até as primeiras décadas do século XX. Como o processo de modernização do país foi acompanhado de progressiva diversificação do associativismo civil, a maçonaria foi sendo afastada do centro para a periferia dos espaços políticos mais importantes, até chegar, nos dias que correm, a ocupar funções que variam entre a mera figuração e a coadjuvação nos processos sócio-políticos, apesar da mística conspiratória que ainda a envolve. Assim, embora maçons importantes continuem marcando presença nos três poderes da República, bem como em importantes instituições da sociedade civil, a instituição, há muito, não mais protagoniza a cena republicana.

2. O ANTIMAÇONISMO NO MUNDO

As origens mais remotas da maçonaria são objeto de um interminável “debate” entre as inúmeras ramificações existentes no campo maçônico. O que nos interessa aqui, porém, é identificar sumariamente as reações à fase moderna dessa diversificada instituição. Nesse sentido, os combates antimaçônicos mais expressivos remontam ao século XVIII, quando o Papa Clemente XII na sua “Carta Apostólica In Eminentí”, de 1738, condena a instituição, proibindo veementemente a participação dos católicos. A partir dessa manifestação, muitas outras seguirão até os dias de hoje. (BENIMELI *et ali*, 1981)

As críticas católicas podem ser resumidas nas seguintes proposições: a) o relativismo maçônico, que sustenta sua convivência com todas as religiões como se estas fossem equivalentes, até mesmo aquelas com visões anticatólicas; b) o princípio criador maçônico, o Grande Arquiteto do Universo (G.A.D.U), como uma expressão religiosa deísta, ou seja, que não dispõe de base moral ou intelectual e não atua no mundo, o que seria incompatível com a revelação cristã; c) os rituais maçônicos concorrerem com os rituais católicos e seus sacramentos, tendo em vista que aqueles teriam também poder de transformação sobre os homens mesmo sem a graça do Cristo. É importante ressaltar que a Igreja Católica, ao longo desses 250 anos de proibições da participação de católicos na maçonaria, tem realizado algumas revisões, como é o caso do reconhecimento da pluralidade do movimento maçônico e, conseqüentemente, de suas manifestações rituais e simbólicas. A interdição fundamental, no entanto, permanece (BENIMELI *et ali*, 1981; RAMALHO, 2008; RAMALHO, 2008b).

O outro *front* antimaçônico vem da esfera política. Considerando que a tendência da ação política nos ambientes modernos seja levada a cabo por instituições abertas ao público em geral, sobretudo os partidos políticos, a atividade maçônica, a despeito de ter contribuído com a construção desse modelo republicano moderno, sempre suscitou desconfianças em função de sua dimensão esotérica, aquela mesma na qual a participação é restrita aos iniciados e em que,

justamente, supõe-se ocorrer as mais diversas formas de conspiração.

Esses dois universos antimaçônicos espalhar-se-ão pelo mundo e constituirão, com as devidas especificidades locais, as bases da oposição às formas de agir e de pensar dos “Filhos da Viúva”, como também são conhecidos os maçons.

Ressalvemos, entretanto, que tanto no âmbito da Igreja Católica (IC) quanto no dos partidos políticos, observamos que, apesar das hostilidades, diálogos com a maçonaria serão um elemento invariável na vida dessas instituições, que desenvolverão profundos debates internos, inclusive para saber se já não estariam tomadas pela sinuosa ação secreta dos maçons.

3. O ANTIMAÇONISMO TROPICAL

O antimaçonismo brasileiro, já observado no século XIX, apresenta uma característica que consideramos importante – trata-se de um ideário importado, ainda que mais ou menos aclimatado ao ambiente local. Portanto, as controvérsias antimaçônicas são assumidas pelos católicos, seguindo as determinações de Roma; pelos protestantes, seguindo denominações estrangeiras; pelos comunistas, acompanhando as orientações da III Internacional; pelos integralistas, a partir de um espírito nacionalista inspirado no fascismo italiano.

Poderíamos até propor que o antimaçonismo brasileiro seria uma “ideia fora do lugar” ou um “teatro de sombras”. Metáforas que, usadas por grandes historiadores brasileiros – mesmo que com sentidos distintos para descrever o processo de recepção conflituosa e heterodoxa do ideário moderno –, entre nós cabem bem no que diz respeito ao acolhimento maçônico em terras brasileiras.

Essas configurações tornariam o antimaçonismo brasileiro um subproduto do antimaçonismo observado nas nações que estavam em grau elevado no processo de modernização, como eram os casos da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos. A propósito, ainda havia entre o Brasil e tais países, o Império Português que seguia a sua própria trilha no sentido da modernização e que, obviamente, ainda protagonizava o que poderíamos chamar de debate público no ambiente nacional.

Assim, desde as metrópoles, encontramos nos fundamentos do discurso antimaçônico uma mitologia moderna – o mito da conspiração. No Brasil, replicamos a fórmula. Em outras palavras, os maçons foram identificados pelos seus contendores como indivíduos que atuavam nas sombras, articulando complôs, lançando mãos de poderes mágicos e pactos com forças demoníacas.

Esse instigante raciocínio, porém, muito adequado aos ambientes maçônicos originais, Inglaterra e França, foi flexibilizado em terras brasileiras, pois nos dois espaços hostis ao mundo maçônico – o religioso e o político -, havia muitos maçons, inclusive ocupando funções destacadas.

A seguir, descreveremos, brevemente, esse antimacçonismo com sabor tropical a partir de alguns episódios da nossa história republicana.

3.1. A maçonaria e a igreja católica no Brasil

A chegada da maçonaria ao Brasil, no final do século XVIII, pode ser entendida como um dos sinais do processo de modernização do país, um processo que viria a se consolidar ao longo do século seguinte. Desse modo, a maçonaria foi um dos espaços mais importantes de divulgação dessa nova mentalidade (mesmo que mesclado com uma ritualística antiga e tradicional) e conseguiu atrair, por aqui, uma parcela significativa da elite para dialogar, à sua maneira, com as propostas iluministas emergentes no período. Sobre os primórdios da maçonaria no Brasil, tema bastante controverso e de documentação ainda a ser mais bem explorada, sabemos que a primeira Loja regular foi a “REUNIÃO”, fundada em 1801, no Rio de Janeiro (Castelani, 1993).

No entanto, torna-se importante lembrar que as ideias maçônicas já circulavam pela Colônia através dos estudantes brasileiros que se dirigiam à Europa para cursar universidades como a de Coimbra, em Portugal, Montpellier, na França e Oxford na Inglaterra. As notícias de maçons e ideias maçônicas no final do século XVIII no nosso país, orientando alguns movimentos (Inconfidência Mineira, Revolta dos Alcaides, Conjuração Fluminense etc.), ainda estão por ser estudadas pela pesquisa social para que cheguemos a

dados e interpretações mais consistentes. Os casos do Areópago de Itambé (1798) e a Academia dos Suassuna (1802), por exemplo, apresentam grandes evidências da referida presença, mesmo que com distinta dinâmica interna (CASTELANI, 1993).

De qualquer maneira, seja qual for a versão historicamente mais consistente, o que não podemos negar é que a atividade maçônica formou, a partir do início do século XIX, uma rede de Lojas por todo o território brasileiro e organizou o que foi, provavelmente, a primeira atuação política articulada (nacional e internacionalmente) de que temos notícia no nosso país, além da igreja católica, funcionando como uma espécie de arena para discussões voltadas ao processo de modernização. A atuação da Maçonaria esteve ligada à difusão do projeto liberal, iluminista e anticlerical. Voltamos a sublinhar que, ainda hoje, pelo menos no interior do movimento maçônico, a instituição é lembrada por sua participação em episódios importantes da história do país: independência, abolicionismo, abdicação de Dom Pedro I, a questão religiosa, a separação da Igreja do Estado, o movimento republicano e outros menos comentados. Portanto, os maçons parecem ter empreendido, naquele período, uma influência significativa na definição dos rumos do país, uma vez que exerciam atividades intelectuais e políticas, atuavam em jornais, revistas, sociedades literárias e beneficentes, agindo também nos primeiros partidos políticos e chegando a compor, desde o Império, vários Gabinetes de Governo (MANSUR, 1999; COLUSSI, 1998).

3.1.2. A QUESTÃO RELIGIOSA

A primeira grande manifestação de antimacçonismo no Brasil ficou conhecida como a “questão dos bispos” ou a “questão religiosa” e emergiu no ano de 1872. Aquele momento foi de grande efervescência política, econômica e social. As ideias liberais estavam “enchendo os olhos” de setores da elite brasileira que tentavam conciliá-las com um regime escravista, com uma recém-implantada monarquia parlamentarista e com a nossa tradição religiosa católica (MANSUR, 1999; GUEIROS, 1980; CASTELANI, 1993; BENI-MELI *et alli*, 1981).

Em meio a esse turbilhão, setores do episcopado brasileiro, embalados pelos resultados do Concílio Vaticano I, resolveram exigir comportamentos mais alinhados com a ortodoxia católica e a pleitear mais autonomia para a Igreja no Brasil. Lembremos que ainda vigia o regime de padroado, no qual os negócios jurídicos, administrativos e financeiros da Igreja eram dependentes da autoridade imperial.

Naquele período, havia muitos maçons com cargos na estrutura da igreja católica, sobretudo nas Irmandades. A proibição dessa participação foi o estopim para a disputa pública entre bispos e maçons. Tudo começou, quando o padre Almeida Martins foi punido pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda, por ter sido o orador numa festa maçônica que comemorava a promulgação da Lei do Ventre Livre, iniciativa do maçom e presidente do Conselho de Ministros, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.

A segunda ocorrência veio de Olinda/PE, quando o bispo Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, diante da indiferença aos seus pedidos de que os maçons se afastassem da igreja, interditou várias Irmandades, Capelas e Igrejas onde houvesse participação maçônica. O mesmo ocorreu na diocese de Belém do Pará, quando o bispo Dom Antônio Macedo Costa tomou as mesmas atitudes, baseadas no direito canônico, mas em tensão com o regime de padroado.

A reação maçônica foi imediata. Recorreram ao Imperador, amparados, como já dissemos, pelos termos da Lei do Padroado e venceram a batalha política e jurídica, com Dom Pedro II exigindo a suspensão dos interditos proclamados pelos bispos. A atitude dos episcopos, porém, foi de manutenção das interdições e recusa ao cumprimento das ordens imperiais, reafirmando as suas obediências exclusivamente ao sucessor de Pedro, o Papa Pio IX. O ambiente foi inundado por uma disputa pública pouco vista até então. Manifestos, artigos, discursos, homilias e as mais variadas manifestações tomaram os jornais, parlamento, paróquias, salões e outros ambientes onde era possível discutir a questão (MANSUR, 1999; GUEIROS, 1980; CASTELANI, 1993; BENIMELI *et alli*, 1981).

A intensidade e repercussão dos debates não impediram que no mês de janeiro de 1874 ocorresse a prisão

de Dom Vital, condenado a quatro anos de reclusão, dos quais cumpriu um ano e sete meses; Dom Macedo, por sua vez, foi preso em abril, também condenado a quatro anos, mas libertado no ano seguinte.

Embora esses episódios tenham promovido uma vitória imediata da maçonaria, a resistência dos prelados e o processo de afastamento entre a Igreja e o Estado fizeram com que as relações entre maçons e católicos nunca mais fossem as mesmas. Entendo que começa aqui, precisamente, as disposições antimaçônicas desenvolvidas pela Igreja até os dias atuais. Não estamos falando de manifestações ruidosas ou de iniciativas espetaculares, mas de um trabalho constante e silencioso junto ao público católico de combate ao ideário maçônico e de afirmação da incompatibilidade entre os seus princípios e o catolicismo.

As representações sociais dos católicos brasileiros em relação à maçonaria se manifestam através de expressões como: pactos com o diabo, enriquecimentos misteriosos, sacrifícios rituais, crimes secretos, favorecimento aos irmãos e muitas outras caracterizações que sempre remetem o universo maçônico ao que é maléfico, errado, viciante, degradante.

É provável que ainda possamos encontrar maçons que comunguem e que participem das atividades pastorais. Porém, as fronteiras entre o catolicismo e a maçonaria são bem mais delineadas hoje do que já foram, embora existam, nos dois universos, quem busque uma aproximação através de diálogos e de possíveis afinidades eletivas. Se tais aproximações se efetivarem não é possível saber. O fato é que as interdições continuam e que, no longo prazo, venceram D. Vital e Dom Macedo.

Entretanto, ao longo do grande período de divergências e de proibições da Igreja Católica contra a maçonaria, é importante lembrar que muitos católicos também procuraram convencer os seus irmãos de uma mais bem detalhada pesquisa sobre a instituição maçônica. Nesse sentido, algumas interlocuções positivas foram registrados por vários historiadores do assunto.

Em Aracaju (Sergipe), por exemplo, no ano de 1968, o bispo local, Dom Luciano Duarte Cabral, provocou escândalo no ambiente católico pela visita à Loja Maçônica Cotinguiba, criada em 1863. Visita esta evidentemente permitida pelo Núncio Apostólico do Brasil, naquela ocasião, Dom Sebastião Baggio.

O discurso do bispo de Aracaju, entretanto, não versou sobre os embates seculares entre as instituições, ao contrário, procurou os pontos de contato, os consensos, as convergências, as aproximações. E o que se ressaltou, naquele momento, foi a questão social no Brasil, sobretudo no Nordeste. A questão agrária, a fome, o subdesenvolvimento, a educação, entre outros, receberam a atenção do sacerdote católico, que encerrou conclamando maçons, católicos e todos os homens de boa vontade a enfrentar a imensa tarefa de construir um mundo melhor (BENIMELI *et alli* 1981).

Outras iniciativas católicas – como as que desenvolveram D. Avelar Brandão (Bahia) e Dom Vicente Scherer (RS), na última década de 70 – solicitaram à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que protagonizasse uma ampla discussão acerca da questão maçônica e das relações dos católicos brasileiros com a instituição. A CNBB chegou a enviar questionários para dioceses em todo o Brasil, no sentido de ter uma base realista das opiniões dos sacerdotes e também dos maçons. Tais iniciativas não lograram grandes resultados, mas mostraram que na fase atual inexistia disposição pública para troca de hostilidades.

3.2. O antimacismo do PCB e da III Internacional

Uma das acusações mais frequentes contra a maçonaria é aquela que a identifica como parte de um grande complô comunista. Não nos cabe analisar, aqui, as origens dessa “mitologia”, mas certamente esse tipo de discurso deve relacionar-se com a participação maçônica, direta ou indireta, em revolucionários eventos modernos, como foram os casos da revolução francesa, da comuna de Paris, dos processos de independência nacional e da própria revolução russa de 1917 (CARONE, 1991; SALES, 2005).

Essas supostas boas relações entre maçonaria e movimentos socialistas acabou em 1922, no IV Congresso da Internacional Comunista, criado pelos bolcheviques em 1919, com a função principal de defender a revolução russa e propagandear os seus princípios no restante do mundo.

Nesse Congresso, entre os muitos temas discutidos, esteve a controvérsia entre a direção da Internacional e o Partido Comunista Francês, acusado de

abrigar maçons no seu seio. Naquelas circunstâncias, os comunistas tentavam afastar dos partidos sob a sua influência o que eles consideravam ideologias pequeno-burguesas. A maçonaria estava entre elas e foi considerada inimiga (CARONE, 1991; SALES, 2005).

Aqui, entra em cena o primeiro brasileiro a pisar em solo russo após a vitória dos revolucionários bolcheviques. Tratava-se de Antonio Bernardo Canelas, brasileiro, operário gráfico, com trajetória anarco-sindicalista e recém-filiado ao também recentíssimo Partido Comunista do Brasil. Naquela conjuntura, para participar do movimento comunista internacional, o grupo precisaria ser aprovado pelo Komintern em um dos seus congressos.

Canelas estava em Paris e recebeu a missão de representar o Partido no IV Congresso e articular a sua filiação ao organismo, sem a qual não conseguiriam falar em nome dos comunistas e receber a sua colaboração material e política.

A participação do ex-anarquista, porém, foi traumática para os que o enviaram como representante. O jovem de 24 anos não concordou com o “espírito” do Congresso, onde só falavam os grandes dirigentes, como Lenin, Trotsky, Zinoviev. Além disso, não concordou com a disposição de tais dirigentes de expulsar os maçons das hordas comunistas em redor do mundo. Tal rebeldia consolidou-se quando também discordou do método de aprovação das teses por unanimidade. Estas resistências deveram-se, provavelmente, tanto a sua pouca experiência como comunista quanto ao seu passado anarquista, sem deixar de frisar a sua lembrança de que entre os nove fundadores do Partido Comunista do Brasil dois eram maçons, os seus camaradas Cristiano Cordeiro e Everardo Dias. Assim, o combativo brasileiro foi o único voto contra as resoluções, o que lhe rendeu não somente um processo ainda em Moscou, bem como a sua expulsão do Partido ao chegar no Brasil (CARONE, 1991; SALES, 2005).

Posteriormente, através de novas tentativas, os comunistas brasileiros conseguiram convencer a vanguarda da III Internacional de que aquele elemento não estava à altura da representação que lhe fora dada e de que as ideologias pequeno-burguesas, como as maçônicas e anarquistas, já tinham sido expulsas do Partido.

Apesar da dissolução do Komintern em 1943, as relações entre comunistas e maçons continuaram tenas, pois o totalitarismo dos regimes comunistas nunca conviveu bem com estruturas autônomas e muito menos restritas, em sua ritualística, a quem não fosse convidado e iniciado.

Contudo, a história dos maçons nesses regimes é um capítulo ainda a ser narrado. O caso da maçonaria em Cuba, por exemplo, é deveras instigante, pois se trata do único regime comunista a permitir o funcionamento da instituição. É certo que não sabemos de detalhes sobre tal convivência e o nível de interferência do regime em assuntos maçônicos. Porém, tal experiência constitui-se numa manifestação atípica da relação entre maçons e comunistas.

3.3. Os protestantes e a maçonaria

A aproximação entre protestantes e maçons existe desde a criação da maçonaria moderna. O ato inaugural da instituição maçônica, a síntese dos princípios maçônicos antigos expressos no que ficou conhecida como Constituição de Anderson, recebeu este nome por ter sido produzida, em 1831, por um presbítero inglês, Thomas Anderson. Desde então, as relações entre esses dois universos serão de atração e repulsa, a depender das circunstâncias e conveniências teológicas, econômicas e políticas (CASTELANI, 1995; CASTELANI, 2001).

O protestantismo brasileiro sempre foi majoritariamente protagonizado por denominações vindas do mundo anglo-saxão, mais especificamente dos Estados Unidos da América. Até o ano de 1898, maçons e protestantes mantinham uma relação de proximidade, o que, aliás, replicava um modelo já existente nesse mundo ao qual nos referimos (GUEIROS, 1980).

Outrossim, a chegada dos protestantes ao Brasil provocou firmes reações dos católicos, o que fez com que eles se aproximassem dos maçons e, inclusive, estabelecessem alianças pragmáticas para se defenderem da religião hegemônica, ocupando outros espaços.

A primeira grande controvérsia, com repercussões cismáticas, ocorreu na Igreja Presbiteriana do Brasil, quando alguns dos seus membros questionaram a presença de maçons não somente no “rebanho”, mas também em várias funções, inclusive sacerdotais. O resultado

desse traumático processo foi a divisão, em 1903, entre os presbiterianos do Brasil e os presbiterianos independentes, tendo esses últimos saído da sua matriz por discordar da presença maçônica na sua denominação, embora essa variável não tenha sido o motivo principal.

Os eixos da discussão envolviam, basicamente, os seguintes temas: o lugar da Revelação na maçonaria; o conceito de Deus; a antropologia maçônica; a figura do Cristo; a natureza da dimensão salvífica; a relação entre fé e razão e o conceito de Reino de Deus.

Desde então, nesse diversificado universo, maçons e protestantes se tocam e se repelem. Tal situação pode ser explicada pela inexistência de uma instância centralizadora, como é o caso dos católicos, que estabelecesse uma linha a ser seguida. Ao contrário, como sabemos, o protestantismo, com base no livre exame das escrituras proporciona leituras variadas a respeito das questões acima colocadas.

Assim, até os dias que correm, é muito comum testemunharmos controvérsias no campo protestante relativas à natureza da maçonaria e se essa instituição seria compatível com a mensagem cristã. Mais ainda, muitas lideranças destacadas são “acusadas” de pertencerem à maçonaria e estarem contribuindo para a degeneração do campo evangélico brasileiro.

Tal discussão não mais ocorre na Igreja Presbiteriana do Brasil, que aprovou, em 2010, a proibição da entrada de maçons na denominação, conclamando aqueles que ainda tenham alguma ligação com a maçonaria a renegá-la. A cada maré montante sobre a questão maçônica, muita literatura é produzida, sobretudo, aquela que aponta para o antimaçonismo, pois não há igrejas que defendam abertamente a tal compatibilidade com a maçonaria. Assim, falar sobre maçons para um evangélico comum pode suscitar uma reação contundente de desaprovação e crítica a esse tipo de religiosidade.

Assim, em função das “patrulhas”, é difícil observar lideranças protestantes de algum relevo que defendam uma aproximação com o universo maçônico. Porém, a medir pelo que testemunhamos em sites, blogs e outras manifestações virtuais, maçons e protestantes continuam (informalmente) mais imbricados do que nunca no Brasil, pelo menos no imaginário de quem disputa lugares de destaque no campo protestante.

3.4. O Estado Novo, os integralistas e a maçonaria

Até os anos 30, do século XX, o antimaçonismo observado no Brasil nunca havia provocado grandes problemas para os “Filhos da Luz”. A grande antagonista da instituição maçônica era a Igreja Católica, que não tinha objetivos nem instrumentos para eliminar o discurso maçônico da cena pública. O esforço do antimaçonismo católico caminhava mais no sentido de afirmar as incompatibilidades entre os dois universos.

Somente com a emergência do movimento integralista brasileiro é que os maçons encontrarão adversários dispostos a enfrentamentos mais radicais. O integralismo foi um movimento caracterizado por um forte nacionalismo, um catolicismo conservador e um espírito antimodernizante. Segundo alguns pesquisadores, esses traços vão aproximá-lo dos movimentos fascistas, que emergiam na Europa (TRINDADE, 1974; CHASIN, 1978).

Sob a direção incontestada do paulista Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira vai ser um dos maiores movimentos de massa da história da República. Em todos os Estados brasileiros poderiam ser encontrados os “camisas-verdes”, como ficaram conhecidos os simpatizantes da causa. Muitos intelectuais de prestígio aderiram ao movimento, como observamos nos casos de Miguel Reale e Alceu do Amoroso Lima. Dentro da Igreja Católica, grandes nomes também apoiaram o integralismo, como foi o exemplo de D. Helder Câmara. Os integralistas eram ferrenhos defensores do lema “Deus, Pátria e Família” e identificavam seus adversários no campo comunista, liberal e maçônico.

A maçonaria já vinha combatendo esse ideário na Europa, insurgindo-se contra as forças de Mussolini e Salazar, e, por isso, também não se isentou de abrir divergências públicas severas contra os integralistas brasileiros. Nas Lojas maçônicas brasileiras, era muito comum o apoio às “irmãs” italianas e portuguesas, em que os primeiros sinais de regimes autoritários já eram bem delineados. Esse conflito entre maçons e integralistas ainda foi aguçado pelo apoio do presidente Getúlio Vargas em favor dos “camisas-verdes”, pois o regime

brasileiro naquela altura ainda flertava com o fascismo italiano (CASTELANI, 1993; 2001).

No auge dessa divergência, o Grande Oriente do Brasil chegou a lançar uma nota, em 1934, na qual informava que “(...) o Conselho Geral da Ordem, em resolução, referente a consultas de diversas Oficinas, em relação à respectiva atitude em face do partido integralista, aprovou o parecer da Comissão de Justiça seguinte: o integralismo e a maçonaria são instituições que se repelem; não deve a maçonaria admitir integralistas em seu seio, o que motiva em considerações que expõe; os maçons integralistas renegam os princípios liberais maçônicos, prova já dada pelo respectivo procedimento na Itália, em Portugal e na Alemanha; faz notar que às Lojas compete deliberar sobre a conveniência de conservar ou eliminar dos seus quadros os maçons que agem contra os princípios maçônicos” (CASTELANI, 2001:145).

Todavia, Getúlio Vargas construiria uma configuração na qual não havia espaço nem para maçons, integralistas e, tampouco, comunistas. Em 1935, fechou a Aliança Libertadora Nacional e, em 1937, promoveu o golpe do Estado Novo que fecharia os partidos políticos, interviria nos sindicatos e em outras formas de associativismo civil, inclusive determinando, informalmente, o fechamento de várias Lojas maçônicas. Apesar da resistência da Ordem, sobretudo em São Paulo e na então capital federal, o Rio de Janeiro, pela primeira vez na sua história em terras brasileiras, a maçonaria sofre um profundo golpe (CASTELANI, 2001).

Outra iniciativa tomada por Getúlio Vargas foi infiltrar inúmeros de seus partidários na maçonaria, o que garantiu não somente o silêncio da instituição, como também o acesso às informações sobre o que ocorria no interior das Lojas.

Somente em 1940 é que as Lojas voltariam a ser abertas, mas sem o vigor outrora existente na instituição, principalmente, em função da perda de autonomia provocada pela intervenção “branca” promovida pelo regime.

A partir de então, o antimaçonismo brasileiro mais saliente perdurará somente em termos discursivos e, mesmo assim, no âmbito da Igreja Católica. O próprio golpe militar de 1964 contou com o apoio dos princi-

pais dirigentes maçônicos brasileiros, que seguiram com o regime até os seus estertores.

3.5. Epílogo

No momento atual, os maçons não têm sido o centro das hostilidades de nenhum grupo que podemos chamar de tradicionalmente antimaçônicos – os grupos religiosos e políticos. Provavelmente, a pluralidade do “mercado de ideias” contemporâneo nos auxiliou a entender as razões desse declínio do anti-maçonismo. Nessa nova configuração, a maçonaria já não polariza com nenhuma outra instituição na cena pública. Além disso, a robustez intelectual dos quadros maçônicos atuais não lembra, nem de longe, aquela que representava as lideranças maçônicas que participaram da recepção do ideário liberal e moderno no começo do século XIX.

Isso não significa, porém, a completa ausência de conflitos. O peso das acusações de pertencimento à maçonaria ainda são observadas, eventualmente, no campo religioso protestante, com claras disposições do acusador de interferir na imagem pública do acusado. No mundo da internet, muitos depoimentos ilustram esse tipo de (falsa) contenda.

Apesar de tudo, não acreditamos ser prudente a declaração do fim desses embates. É razoável imaginar que eles estão apenas inativos. Afinal, o mito da conspiração continua a povoar nossa mentalidade moderna e, sendo assim, podemos acionar a qualquer momento, em função de uma crise qualquer, o estigma do conspirador para identificar o bode expiatório da vez. Aliás, o século XX está recheado de exemplos de como isso ocorre com grupos minoritários.

O enfrentamento racional desses mitos e uma base de valores pluralistas e democráticos podem nos auxiliar a expurgar da cena pública contemporânea essa antiga e deletéria disposição sacrificial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOUM, Jorge. *Grau do Aprendiz e Seus Mistérios*. São Paulo: Editora Pensamento, 1980.

ALBERTON, Valério. *O Conceito de Deus na Maçonaria*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Aurora, s/d.

_____, e BENIMELI José A. *Gafes e Mancadas Antimaçônicas*. Londrina: A Trolha, 1991.

ALMEIDA, Ivan Antonio de. *A Síntese de Uma Tragédia – Movimento Fé e Política*. Ouro Preto: UFOP, 2000.

AMBELAIN, Robert. *A Franco-Maçonaria – Origem, História e Influência*. Tradução de Alcione Soares Ferreira. São Paulo: Ibrasa, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Brasil: realidade e utopia*. Recife: EDUFPE, 2000.

ASLAN, Nicola. *História Geral da Maçonaria – Período Operativo*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, s/d.

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Maçonaria: história e historiografia*. In *Revista da USP* N. 32 – Dez/Fev. São Paulo: EDUSP, 1996/1997.

BALANDIER, Georges. *As Dinâmicas Sociais – Sentido e Poder*. Tradução de Gisela Stock de Souza e Hélio de Souza. São Paulo: DIFEL, 1976.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras – A ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Unicamp, 1999.

BARRETO, Célia. A Ação das Sociedades Secretas. In HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, Vol. 06 e 07. 1985.

- BENIMELI, J.A.F. et alli. *Maçonaria e Igreja Católica – ontem, hoje e amanhã*. São Paulo: Paulus 1981.
- CAMINO, Rizzardo da. *Simbolismo do Terceiro Grau – Mestre*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Aurora, s/d.
- CARONE _____, Edgard. *Da esquerda à Direita*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das Aflições – De Epicuro à Ressurreição de César: Ensaio Sobre o Materialismo e a Religião Civil*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- CASTELLANI, José. *Dicionário de termos maçônicos*. Londrina: A Trolha, 1995.
- _____. *História do Grande Oriente do Brasil*. Brasília: Ed. GOB, 1993.
- _____. *O Supremo Conselho no Brasil – síntese de sua história*. Londrina: A Trolha, 2000.
- _____. *A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro*. São Paulo: Traço Editora, 1989.
- _____. e RODRIGUES, Raimundo. *Análise da Constituição de Anderson*. Londrina: A Trolha, 1995.
- _____. *A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial*. São Paulo: Landmark, 2001.
- CASTRO, Boanerges Barbosa. *Templo Maçônico e Seu Simbolismo*. Rio de Janeiro: Editora Autora, s/d.
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*. Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- CHEVALIER, J. e GHEERBRANT, A. *Dicionário de Símbolos*. Tradução Vera da Costa e Silva et alli. 16ª. Edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2001.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- CONCEIÇÃO, Eleutério N. da. *A Maçonaria na História e no Mundo – Origens, Lutas e Atuação*. São Paulo: Madras, s/d.
- COSTA, Fernando M. da. *A Maçonaria Feminina*. Lisboa: Editorial Vega, s/d.
- DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Tradução de Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GUEDES, Berenice Lagos. *História da educação do Rio Grande do Sul, Maçonaria e Igreja Anglicana: algumas imbricações, contradições e paradoxos (1901/1970)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.
- GUEIROS, David. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: EDUNB, 1980.
- HORTAL, Jesus. *Maçonaria e Igreja: conciliáveis ou inconciliáveis?* 4ª. edição. Coleção Estudos da CNBB n. 66. São Paulo: Paulus, 2002.
- JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Tradução de Cristiana Andrade. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- KLOPPENBURG, Boaventura. *Igreja e Maçonaria – conciliação possível?* Petrópolis: Vozes - 4ª ed. 1999.
- LEPAGE, Marius. *História e Doutrina da Franco-Maçonaria – A Ordem e as Obediências*. Tradução de Nair Lacerda. São Paulo: Editora Pensamento, s/d.
- MELLOR, Alec. *Dicionário da Franco-Maçonaria e dos Franco-Maçons*. Trad. Sociedade das Ciências Antigas. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- PORTO, A. Campos. *A Igreja Católica e a Maçonaria*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, s/d.

ROBERTS, Mary Mulvey. *Maçonaria, Metáfora e Misoginia: um discurso de marginalidade?* Tradução Álvaro Hattner. In BURKE, P. e PORTER, R. (Orgs.). *Línguas e Jargões – Contribuições Para Uma História Social da Linguagem*. São Paulo: Unesp, 1997.

PALOU, Jean. *A Franco-Maçonaria Simbólica e Inicial*. Tradução de Edílson Alkmim Cunha. São Paulo: Editora Pensamento, 1981.

RAMALHO, José Rodorval. *NovaesedAntiquae – tradição e modernidade na maçonaria brasileira*. Guarapari: ExLibris, 2008.

_____. *A representação de Deus na maçonaria*. In Temas de Ciências da Religião. Cícero Bezerra (Org.). Aracaju: EDUFS, 2008b.

SALES, Iza. *Um cadáver ao sol – a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

TRINDADE, Héliog. *Integralismo - o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório – Maçonaria e Igreja Católica no RS (1893-1928)*. Santa Maria: EDUFMS e Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

Fontes primárias na internet:

http://www.executivaipb.com.br/site/decisoões_importantes/maconaria_1900-2011.pdf

<http://www.mackenzie.com.br/10245.html>

O AUTOR

José Rodorval Ramalho possui graduação em ciências sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1988), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1996) e Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: cidadania, maçonaria - religião - modernidade, doutrina social da igreja católica e ongs.